

A política torta do MEC

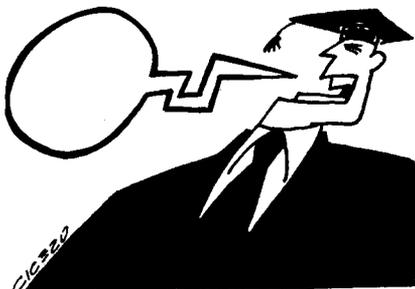
P 7
Arnaldo Niskier

A apreciação a respeito do papel do MEC na educação brasileira não pode ser pessoal. Deve ser institucional, com a análise dos seus erros e omissões. Políticos, generais e educadores têm ocupado a Pasta, existindo pouca diferença entre eles. O "monstro" devora as boas intenções, que se perdem na burocracia oficial que não chega às salas de aula.

O controle da educação lembra um pouco o que ocorre na transmissão de energia elétrica. Muita coisa se perde pelo caminho, com evidentes prejuízos para os estudantes ou os que sonham frequentar nossas escolas.

Em palestra no Cesup de Campo Grande (Mato Grosso do Sul), a convite do educador Pedro Chaves, pudemos analisar o panorama da educação brasileira. Houve um debate com os participantes do seminário, aos quais demos respostas com o mesmo entusiasmo com que foram feitas as perguntas. O desejo de participação é mesmo muito intenso.

Veja-se o caso da política nacional de ensino superior. Desde que chegou, o ministro José Goldemberg prometeu um documento sobre a matéria. Não fez absolutamente nada, mas cobra do sistema a adaptação dos novos cursos ao que não existe. Parece coisa de um Kafka tropical, que conseguiu o milagre de piorar ainda mais as relações oficiais com a iniciativa privada de ensino.



Quem se beneficia disso? O MEC desenvolve uma política torta ou tortuosa, sem definições, sem rumo, como se a ele somente interessasse a distribuição da merenda escolar, onde, aliás, se aninham alentados interesses empresariais. Quando se fala no fim do MEC, para começar tudo de novo, não se trata de um exercício de retórica.

Há uma pergunta, do fundo do imenso auditório, sobre a privatização do ensino superior oficial. Manifesto-me inteiramente contrário à idéia. Se houvesse a certeza de que o dinheiro arrecadado se transformasse em benfeitorias para a educação, quem sabe, ainda se poderia defender. Mas é certo que isso jamais ocorreria. Assim, é indispensável manter o ensino oficial de terceiro grau até para proteger os nossos projetos de pesquisas. É nos grandes laboratórios das universidades públicas que se praticam nossas melhores experiências, de que é exemplo notável o que se faz na sempre lembrada Unicamp.

Outra questão levantada refere-se ao ensino oficial noturno. Um aluno pergunta por que não se aproveita melhor a instalação das nossas universidades, e advoga a ampliação do número de vagas, com a criação de cursos noturnos. Também não somos favoráveis à idéia, nas atuais circunstâncias, pois isso ensejaria mesmo a degradação da qualidade do ensino, configurando a formação de um cartel de facilitários. Além do mais, como seria feita a segurança desses cursos? Muitas instituições, por ocuparem grandes áreas estão situadas em locais ermos, sujeitos a tais violências. Foi uma idéia (demagógica) do ex-ministro Carlos Chiarelli que, embora político, fingiu não compreender nosso ponto de vista, expresso num seminário nacional. Tentou chamar nossa atenção, mas foi devidamente repellido.

No debate do Cesup, houve ainda referência ao papel exercido pelas televisões como formadoras de opinião. Houve crítica generalizada aos filmes nacionais que estão sendo exibidos pelas redes brasileiras, numa olimpíada de mau gosto com jamais se viu em nossa terra. Disso tudo não escapou nem mesmo a rede de televisão educativa, que não é rede, não educa e só tem mesmo o nome de televisão. Um desastre em matéria de comunicação.

■ Arnaldo Niskier, da Academia Brasileira de Letras, é membro do Conselho Federal de Educação